



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

LEI Nº 404, DE 15 de JULHO DE 1.963.

=====

O Cidadão José Morales Agudo, Prefeito Municipal de Parapuã, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara decreta e êle promulga a seguinte Lei :

ARTIGO 1º - O Município de Parapuã, representado pelo Prefeito Municipal e pelo Presidente da Câmara Municipal, fica autorizado a firmar contrato com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para efeito de concessão, por essa Autarquia, de empréstimos sob consignação em folha de vencimentos, dos servidores do Município.

ARTIGO 2º - Fica expressamente autorizada a inclusão, no contrato que fôr celebrado, de todas as cláusulas e condições adotadas em operações dessa natureza, e, de modo especial, as seguintes :

I) A obrigação do Município de Parapuã :

- a) Responder a quaisquer hipóteses, pelos débitos assumidos por seus servidores para com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, na qualidade de principal pagador, e, portanto solidariamente com os mesmos servidores e independente do benefício da Ordem;
- b) Recolher na Agência da Caixa Econômica do Estado de São Paulo em Parapuã, o produto das consignações em folha, arrecadado do mês anterior;
- c) Não conceder exoneração, licenças sem vencimentos e afastamentos em geral, com prejuízo de vencimentos, sem a apresentação, pelo interessado, de atestado negativo de débito, para com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, ou de acordo firmado com a mesma;
- d) Indicar à Caixa Econômica do Estado de São Paulo, em expediente reservado, os nomes dos seus servidores envolvidos em inquéritos administrativos e os dos suspensos por período superior a 30 (trinta) dias.

II) - O não cumprimento dessa obrigação implicará na suspensão, pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo, do recebimento do pedido de empréstimo sob consignação em folha de vencimentos.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

( Continuação )

dores do Município de Parapuã, bem como na suspensão do andamento dos que estiverem sendo processados.

III) - Garantia da quôta do excesso de arrecadação esta - dual sôbre o municipal, prevista no artigo 67, da Constituição do Estado, e, na falta ou insuficiência desta, garantia de 50% (Cincoenta por cento) - da quôta do Impôsto sôbre a Renda, de que trata o art. 15, item VI, § 4º da Constituição Federal.

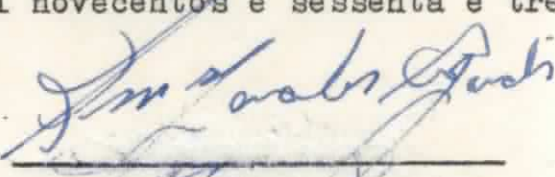
IV) - Multa de 10% (dez por cento) sôbre o montante dos débitos, para atender as despesas de execução judi - cial, no caso de inadimplemento do contrato.

ARTIGO 3º) - Para cumprimento e efetivação da garantia de que trata o item III, do art. 2º, fica o Município de Parapuã, - autorizado a conferir, à Caixa Econômica do Estado de São Paulo, em caráter irrevogável e exclusivo, os po - dêres necessários e próprios para o recebimento da - quôta prevista no art. 67 da Constituição Estadual, e, na falta e insuficiência desta, para o recebimento de 50% (Cincoenta por cento) da quôta de que trata o art. 15, item VI § 4º, da Constituição Federal, devendo a Caixa entregar, sem demora, ao Município, o saldo das quôtas recebidas, se houver, depois de feita a dedu - ção das importâncias por ventura em débito, relativas ao contrato objetivo nesta Lei.

ARTIGO 4º) - As despesas decorrentes do contrato a que se refere a presentê Lei, correrão por conta da verba orçamentá - ria classificada como " EVENTUAIS " - Despesas Diver - sas - Código Geral 8 99 4, suplementada se necessário.

ARTIGO 5º) - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação , revogadas às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parapuã, aos 15 (quinze) de Julho de 1.963. (Mil novecentos e sessenta e três)

  
José Morales Agudo  
Prefeito Municipal.

( segue )



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

( Continuação )

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

---

Josias Alves de Azevedo.  
Secretário Interino.